

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
13/2025	927487	Concluída	GUSTAVO OLIVEIRA DA SILVA

Título: Seguros veiculares para a frota do CRT-04

Observações: Pesquisa de preços para serviço de seguro veicular para atender a frota do CRT-04

Total de itens cotados: 3 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 94.275,2400

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
30127 - Seguro Automotivo	UNIDADE	12
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 4.952,2400	R\$ 5.156,4450	R\$ 5.161,7700
Coeficiente de Variação: 2,7766%		
Desvio Padrão: 143,1713		
Maior Preço: R\$ 5.350,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		



Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	II	Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 4ª Região - Contratações Similares pela Administração Pública	12		R\$ 4.952,2400	25/02/2025	Sim
2	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 2.299,0000	24/02/2025	Não
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 1.499,0000	24/02/2025	Não
4	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 1.999,0000	24/02/2025	Não
5	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 2.190,9300	24/02/2025	Não
6	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 2.190,9300	24/02/2025	Não
7	I	CONSELHO DE ARQ. E URB. DO DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 2.616,0000	24/02/2025	Não
8	I	CONSELHO DE ARQ. E URB. DO DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 776,3000	24/02/2025	Não
9	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 4.422,4900	24/02/2025	Não
10	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 682,6900	24/02/2025	Não

11	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 537,7200	21/02/2025	Não
12	I	MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.787,0000	21/02/2025	Não
13	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 5.350,0000	21/02/2025	Sim
14	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	7 UNIDADE	R\$ 4.700,0000	21/02/2025	Não
i15	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANÁ - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 5.124,5400	20/02/2025	Sim
16	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.650,8800	20/02/2025	Não
i17	I	CONSELHO REGIONAL ENGENHARIA E AGRONOMIA - RO - Compras.gov.br	12 UNIDADE	R\$ 4.091,8300	18/02/2025	Não
18	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 750,0000	18/02/2025	Não
19	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 748,9600	18/02/2025	Não
20	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 600,0000	18/02/2025	Não
21	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 600,0000	18/02/2025	Não
22	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 618,8500	18/02/2025	Não
23	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 699,0000	18/02/2025	Não
24	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.499,0000	18/02/2025	Não
25	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.499,0000	18/02/2025	Não
26	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 650,0000	18/02/2025	Não
27	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 750,0000	18/02/2025	Não
28	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 650,0000	18/02/2025	Não
29	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 750,0000	18/02/2025	Não
30	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 650,0000	18/02/2025	Não
i31	I	CONSELHO FEDERAL FISIOT.TERAPIA OCUPACIONAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 6.125,0500	17/02/2025	Não
32	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA/BA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.494,4600	17/02/2025	Não
33	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.557,5700	14/02/2025	Não
34	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.557,6800	14/02/2025	Não
35	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.558,8900	14/02/2025	Não
36	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.557,8400	14/02/2025	Não
i37	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - BA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 6.205,0000	13/02/2025	Não
i38	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 917,6200	13/02/2025	Não
i39	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 2.088,2300	13/02/2025	Não
40	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 2.884,8300	12/02/2025	Não
41	I	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-MG - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.319,8200	11/02/2025	Não
42	I	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA-PE - Compras.gov.br	2 UNIDADE	R\$ 654,9900	10/02/2025	Não
43	I	CONSÓRCIO INT.DE SAÚDE DA R.DE U. CENTRO SUL - Compras.gov.br	16 UNIDADE	R\$ 1.119,0000	10/02/2025	Não
44	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 2.643,7300	10/02/2025	Não
45	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.000,0000	07/02/2025	Não

46	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.785,0600	06/02/2025	Não
47	I	PREFEITURA DE GOIOXIM - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 5.199,0000	06/02/2025	Sim
48	I	PREFEITURA DE GOIOXIM - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.438,0000	06/02/2025	Não

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item

30127 - Seguro automotivo

Unidade de Fornecimento

UNIDADE

Quantidade

2

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 8.257,0600

Média

R\$ 8.549,6867

● Mediana

R\$ 8.667,0000



Coeficiente de Variação: 2,4360%

Desvio Padrão: 208,2687



Maior Preço: R\$ 8.725,0000

Método de cálculo adotado: Mediana


Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 2.299,0000	24/02/2025	Não
2	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 1.499,0000	24/02/2025	Não
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 1.999,0000	24/02/2025	Não
4	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 2.190,9300	24/02/2025	Não
5	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 2.190,9300	24/02/2025	Não
6	I	CONSELHO DE ARQ. E URB. DO DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 2.616,0000	24/02/2025	Não
7	I	CONSELHO DE ARQ. E URB. DO DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 776,3000	24/02/2025	Não
8	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 4.422,4900	24/02/2025	Não
9	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 682,6900	24/02/2025	Não
10	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 537,7200	21/02/2025	Não
11	I	MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 1.787,0000	21/02/2025	Não
12	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 5.350,0000	21/02/2025	Não
13	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	7 UNIDADE		R\$ 4.700,0000	21/02/2025	Não
 14	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANá - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 5.124,5400	20/02/2025	Não
15	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 4.650,8800	20/02/2025	Não
 16	I	CONSELHO REGIONAL ENGENHARIA E AGRONOMIA - RO - Compras.gov.br	12 UNIDADE		R\$ 4.091,8300	18/02/2025	Não
17	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 750,0000	18/02/2025	Não
18	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 748,9600	18/02/2025	Não
19	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE		R\$ 600,0000	18/02/2025	Não



20	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 600,0000	18/02/2025	Não
21	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 618,8500	18/02/2025	Não
22	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 699,0000	18/02/2025	Não
23	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.499,0000	18/02/2025	Não
24	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.499,0000	18/02/2025	Não
25	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 650,0000	18/02/2025	Não
26	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 750,0000	18/02/2025	Não
27	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 650,0000	18/02/2025	Não
28	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 750,0000	18/02/2025	Não
29	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 650,0000	18/02/2025	Não
i30	I	CONSELHO FEDERAL FISIOT.TERAPIA OCUPACIONAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 6.125,0500	17/02/2025	Não
31	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA/BA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.494,4600	17/02/2025	Não
32	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.557,5700	14/02/2025	Não
33	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.557,6800	14/02/2025	Não
34	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.558,8900	14/02/2025	Não
35	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.557,8400	14/02/2025	Não
i36	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - BA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 6.205,0000	13/02/2025	Não
i37	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 917,6200	13/02/2025	Não
i38	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 2.088,2300	13/02/2025	Não
39	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 2.884,8300	12/02/2025	Não
40	I	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-MG - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.319,8200	11/02/2025	Não
41	I	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA-PE - Compras.gov.br	2 UNIDADE	R\$ 654,9900	10/02/2025	Não
42	I	CONSÓRCIO INT.DE SAÚDE DA R.DE U. CENTRO SUL - Compras.gov.br	16 UNIDADE	R\$ 1.119,0000	10/02/2025	Não
43	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 2.643,7300	10/02/2025	Não
44	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.000,0000	07/02/2025	Não
45	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.785,0600	06/02/2025	Não
46	I	PREFEITURA DE GOIOXIM - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 5.199,0000	06/02/2025	Não
47	I	PREFEITURA DE GOIOXIM - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.438,0000	06/02/2025	Não
48	II	Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 4ª Região - Contratações Similares pela Administração Pública	2	R\$ 8.257,0600	25/02/2025	Sim
49	II	Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata - Contratações Similares pela Administração Pública	1	R\$ 8.725,0000	25/02/2025	Sim
50	II	Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata - Contratações Similares pela Administração Pública	1	R\$ 8.667,0000	25/02/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
30127 - Seguro automotivo		UNIDADE	10
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	 Mediana	Coefficiente de Variação: 7,5267%
R\$ 1.495,0000	R\$ 1.581,6667	R\$ 1.500,0000	Desvio Padrão: 119,0471
Método de cálculo adotado: Mediana			Maior Preço: R\$ 1.750,0000

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 2.299,0000	24/02/2025	Não
2	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 1.999,0000	24/02/2025	Não
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 2.190,9300	24/02/2025	Não
4	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 2.190,9300	24/02/2025	Não
5	I	CONSELHO DE ARQ. E URB. DO DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 2.616,0000	24/02/2025	Não
6	I	CONSELHO DE ARQ. E URB. DO DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 776,3000	24/02/2025	Não
7	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 4.422,4900	24/02/2025	Não
8	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 682,6900	24/02/2025	Não
9	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 537,7200	21/02/2025	Não
10	I	MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 1.787,0000	21/02/2025	Não
11	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 5.350,0000	21/02/2025	Não
12	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	7	UNIDADE	R\$ 4.700,0000	21/02/2025	Não
 13	I	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANÁ - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 5.124,5400	20/02/2025	Não
14	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 4.650,8800	20/02/2025	Não
 15	I	CONSELHO REGIONAL ENGENHARIA E AGRONOMIA - RO - Compras.gov.br	12	UNIDADE	R\$ 4.091,8300	18/02/2025	Não
16	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 750,0000	18/02/2025	Não
17	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 748,9600	18/02/2025	Não
18	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 600,0000	18/02/2025	Não
19	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 600,0000	18/02/2025	Não
20	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 618,8500	18/02/2025	Não
21	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 699,0000	18/02/2025	Não
		PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR -					

22	I	Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 650,0000	18/02/2025	Não
23	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 750,0000	18/02/2025	Não
24	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 650,0000	18/02/2025	Não
25	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 750,0000	18/02/2025	Não
26	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 650,0000	18/02/2025	Não
i27	I	CONSELHO FEDERAL FISIOT.TERAPIA OCUPACIONAL - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 6.125,0500	17/02/2025	Não
28	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA/BA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.494,4600	17/02/2025	Não
i29	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - BA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 6.205,0000	13/02/2025	Não
i30	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 917,6200	13/02/2025	Não
i31	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 2.088,2300	13/02/2025	Não
32	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 2.884,8300	12/02/2025	Não
33	I	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-MG - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.319,8200	11/02/2025	Não
34	I	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA-PE - Compras.gov.br	2 UNIDADE	R\$ 654,9900	10/02/2025	Não
35	I	CONSÓRCIO INT.DE SAÚDE DA R.DE U. CENTRO SUL - Compras.gov.br	16 UNIDADE	R\$ 1.119,0000	10/02/2025	Não
36	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 2.643,7300	10/02/2025	Não
37	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.000,0000	07/02/2025	Não
38	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 1.785,0600	06/02/2025	Não
39	I	PREFEITURA DE GOIOXIM - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 5.199,0000	06/02/2025	Não
40	I	PREFEITURA DE GOIOXIM - PR - Compras.gov.br	1 UNIDADE	R\$ 4.438,0000	06/02/2025	Não
41	II	Câmara Municipal de Goianésia - Contratações Similares pela Administração Pública	12	R\$ 1.750,0000	25/02/2025	Sim
42	II	Fundo Municipal de Assistência Social de Paranaiguara - Contratações Similares pela Administração Pública	2	R\$ 1.495,0000	25/02/2025	Sim
43	II	Prefeitura Municipal de Cornélio Procopio - Contratações Similares pela Administração Pública	1	R\$ 1.500,0000	25/02/2025	Sim

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Nota Técnica

OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

A obtenção do preço estimado, deu-se com base na mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços, tendo em vista que os dados foram apresentados de forma mais similar com os valores praticados no mercado.

Dentro dos preços coletados, foram desconsiderados aqueles inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, os quais destoaram dos demais pesquisados.

O item nº 1 refere-se aos veículos marca Renault, Modelo: Duster 1.6 MT – Intense; 5 portas Ano/modelo: 2023/2024; cor branca; capacidade para 5 passageiros; Chassis: 93YHJD205RJ660501; 93YHJD205RJ660417; 93YHJD204RJ660439; 93YHJD200RJ660535; 93YHJD206RJ600002; 93YHJD206RJ600016; 93YHJD204RJ660392; 93YHJD204RJ696844; 93YHJD204RJ696813; 93YHJD204RJ696830. E marca Renault, Modelo: Duster 1.6 MT – Intense; 5 portas Ano/modelo: 2024/2025; cor branca; capacidade para 5 passageiros; Chassis: 93YHJD203RJ866643; 93YHJD203RJ866593.

O item nº 2 refere-se aos veículos marca Mercedes, Modelo: Sprinter Street 417 Furgão Extralonga 14m³; transformado em unidade móvel; Ano/modelo: 2023/2024; cor branca. Chassis: 8AC907645RE235248; 8AC907645RE235249.

O item nº 3 refere-se aos veículos marca Volkswagen, Modelo Polo Sense 1.0 Turbo, manual; Ano/Modelo: 2025/2025. Chassis a definir

Relatório emitido em 25/02/2025 10:44

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$



CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais da 4ª Região

Rua Felipe Schmidt, 390 - Sala 810 - Galeria Comasa
Centro - Florianópolis - SC - CEP 88.010-001
E-mail: atendimento@crt04.org.br - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030
E-mail: atendimentopr@crt04.org.br - Fone: (41) 4106-7737
www.crt04.org.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02116/2024

CONTRATO Nº 016/2023

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 016/2023, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DA 4ª REGIÃO E A EMPRESA GENTE SEGURADORA S/A.

O CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DA 4ª REGIÃO – CRT04, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 32.746.668/0001-79, sede na Rua Felipe Schmidt, nº 390 – Sala 810, na cidade de Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Presidente, Técnico em Eletrônica, Sr. WALDIR APARECIDO ROSA, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.805.792 SSP/PR e do CPF/MF nº 331.043.879-15 e por seu diretor financeiro, Técnico em Mecânica CLAYTON DE SOUZA BENITES, brasileiro, casado, portador do CPF nº 908.883.599-34, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa **GENTE SEGURADORA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com sede R. Marechal Floriano Peixoto, 450 – Centro Histórico – Porto Alegre – RS – Cep: 90020-060, inscrita no CNPJ sob o nº 90.180.605/0001-02, neste ato representada pelo sócio MARCELO WAIS, brasileiro, Diretor, portador do CPF: 632.005.380-15 e RG: 7009036166, residente e domiciliado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 450 – Centro Histórico – Porto Alegre – RS – Cep: 90020-060 - tendo em vista o que consta no Processo nº 090/2023 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de Contrato, decorrente do Pregão nº 013/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é:



CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais da 4ª Região

Rua Felipe Schmidt, 390 - Sala 810 - Galeria Comasa
Centro - Florianópolis - SC - CEP 88.010-001
E-mail: atendimento@crt04.org.br - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030
E-mail: atendimentopr@crt04.org.br - Fone: (41) 4106-7737
www.crt04.org.br

1.1.1. **PRORROGAR** o prazo de vigência do Contrato nº 016/2024, por 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 25/07/2024 a 24/07/2025, nos termos do art. 57, inciso II da Lei n.º 8.666, de 1993.

1.1.2. **ACRESCENTAR** do valor inicial do contrato, a partir da data de assinatura deste instrumento, R\$ 9.900,48 (nove mil, novecentos reais e quarenta e oito centavos), nos moldes da Lei nº 8.666/93;

1.2. No Contrato nº 07/2023, ocorreram aquisições de 02 (dois) automóveis SUV para serem utilizados como meio de transporte dos fiscais do CRT-04 no exercício das funções, de modo, que esses veículos serão acrescidos no seguro.

1.3. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão nº 013/2024, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 25/07/2024 e encerramento em 24/07/2025, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais da 4ª Região

Rua Felipe Schmidt, 390 - Sala 810 - Galeria Comasa
Centro - Florianópolis - SC - CEP 88.010-001
E-mail: atendimento@crt04.org.br - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030
E-mail: atendimentopr@crt04.org.br - Fone: (41) 4106-7737
www.crt04.org.br

ITEM	DESCRIÇÃO DO VEÍCULO	DESCRIÇÃO DO SEGURO	QTA	VALOR TOTAL
01	Veículo oficial, marca Renault, Modelo: Duster 1.6 MT – Intense; 5 portas Ano/modelo: 2023/2024; cor branca; capacidade para 5 passageiros; zero quilômetro; ainda sem emplacamento. Chassis: 93YHJD205RJ660501; 93YHJD205RJ660417; 93YHJD204RJ660439; 93YHJD200RJ660535; 93YHJD206RJ600002; 93YHJD206RJ600016; 93YHJD204RJ660392; 93YHJD204RJ696844; 93YHJD204RJ696813; 93YHJD204RJ696830.	Indenização Integral/Parcial do Veículo (dano, furto, roubo, incêndio): 100% do VMR (Tabela FIPE). Danos materiais de terceiros: R\$ 100.000,00. Danos corporais de terceiros: R\$ 100.000,00. Morte acidental (por passageiro): R\$ 50.000,00. Invalidez Permanente (por passageiro): R\$ 50.000,00 Cobertura para vidros e retrovisores. Assistência em Viagem km ilimitado. Seguro 24 horas (socorro, guincho e transporte de passageiros), com cobertura para hipóteses de acidente (colisão, choque, abalroamento, incêndio, roubo ou furto) e pane de qualquer natureza.	10	R\$ 49.502,40



CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais da 4ª Região

Rua Felipe Schmidt, 390 - Sala 810 - Galeria Comasa
Centro - Florianópolis - SC - CEP 88.010-001
E-mail: atendimento@crt04.org.br - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030
E-mail: atendimentopr@crt04.org.br - Fone: (41) 4106-7737
www.crt04.org.br

02	<p>Veículo oficial, marca Mercedes, Modelo: Sprinter Street 417 Furgão Extralonga 14m³; Transformado em unidade móvel; Ano/modelo: 2023/2024; cor branca; zero quilômetro; ainda sem emplacamento. Os itens presentes na customização do veículo deverão estar incluídos na apólice. Chassis: 8AC907645RE235248; 8AC907645RE235249.</p>	<p>Indenização Integral/Parcial do Veículo (dano, furto, roubo, incêndio): 100% do VMR (Tabela FIPE). Danos materiais de terceiros: R\$ 100.000,00. Danos corporais de terceiros: R\$ 100.000,00. Morte acidental (por passageiro): R\$ 50.000,00. Invalidez Permanente (por passageiro): R\$ 50.000,00 Cobertura para vidros e retrovisores. Assistência em Viagem km ilimitado. Seguro 24 horas (socorro, guincho e transporte de passageiros), com cobertura para hipóteses de acidente (colisão, choque, abalroamento, incêndio, roubo ou furto) e pane de qualquer natureza.</p> <p>Indenização Integral/Parcial dos itens constantes na customização do veículo (dano, furto, roubo, incêndio): 100% do valor constante na Nota Fiscal do item.</p>	02	R\$ 16.514,12
----	--	---	----	----------------------



CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais da 4ª Região

Rua Felipe Schmidt, 390 - Sala 810 - Galeria Comasa
Centro - Florianópolis - SC - CEP 88.010-001
E-mail: atendimento@crt04.org.br - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030
E-mail: atendimentopr@crt04.org.br - Fone: (41) 4106-7737
www.crt04.org.br

03	<p>Veículo oficial, marca Renault, Modelo: Duster 1.6 MT – Intense; 5 portas Ano/modelo: 2024/2025; cor branca; capacidade para 5 passageiros; zero quilômetro; ainda sem emplacamento. Chassis:</p> <p>93YHJD203RJ866643</p> <p>93YHJD203RJ866593</p>	<p>Indenização Integral/Parcial do Veículo (dano, furto, roubo, incêndio): 100% do VMR (Tabela FIPE). Danos materiais de terceiros: R\$ 100.000,00. Danos corporais de terceiros: R\$ 100.000,00. Morte acidental (por passageiro): R\$ 50.000,00. Invalidez Permanente (por passageiro): R\$ 50.000,00 Cobertura para vidros e retrovisores. Assistência em Viagem km ilimitado. Seguro 24 horas (socorro, guincho e transporte de passageiros), com cobertura para hipóteses de acidente (colisão, choque, abalroamento, incêndio, roubo ou furto) e pane de qualquer natureza.</p>	02	R\$ 9.900,48
<p>VALOR GLOBAL: R\$ 75.917,00 (setenta e cinco mil, novecentos e dezessete reais).</p>				

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado pelo CRT-04, por meio de ordem bancária a favor da contratada, até o 30º (trigésimo) dia, após o aceite da efetiva entrega da apólice de seguros, emitida nos termos pactuados, por parte do Fiscal do Contrato e/ou Requisitante, e ainda, após a Nota Fiscal/Fatura ter sido devidamente atestada por servidor responsável designado por meio de Portaria.



CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais da 4ª Região

Rua Felipe Schmidt, 390 - Sala 810 - Galeria Comasa
Centro - Florianópolis - SC - CEP 88.010-001
E-mail: atendimento@crt04.org.br - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030
E-mail: atendimentopr@crt04.org.br - Fone: (41) 4106-7737
www.crt04.org.br

4.2. Para a hipótese de pagamento após o prazo supramencionado, de forma injustificada, o valor constante no documento fiscal deverá ser corrigido monetariamente “pro rata die” com base no IPCA IBGE ou outro que vier a substituí-lo, e acrescido de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, também calculado “pro rata die”.

4.3. A contratada deverá fazer constar na Nota Fiscal/Fatura correspondente, o nome do banco, respectiva agência e número de sua conta bancária.

4.4. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o atesto a partir do recebimento da nota fiscal/fatura corrigida.

4.5. A veracidade dos dados bancários descritos na proposta é de responsabilidade exclusiva da Contratada, ficando o Órgão isento de quaisquer erros ou falhas nas informações fornecidas pela Contratada em sua proposta.

4.6. Os documentos fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidos à Contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata este item começará a fluir a partir da data de apresentação do documento fiscal, sem imperfeições.

4.7. O CNPJ do Documento Fiscal deverá ser o mesmo dos documentos apresentados na licitação, não sendo aceito CNPJ diferente, nem mesmo filial.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2024 no elemento de despesa “Conta: 6.2.2.1.1.01.04.04.007-Seguros de Bens Móveis Centro de Custo: 02.08.01.005 - Manter as Atividades de Manutenção da Regional – Paraná e Conta: 6.2.2.1.1.01.04.04.007-Seguros de Bens Móveis Centro de Custo: 02.08.01.004 - Manter as Atividades de Manutenção da Sede - Santa Catarina”

5.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA – RATIFICAÇÃO

6.1. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.



CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais da 4ª Região

Rua Felipe Schmidt, 390 - Sala 810 - Galeria Comasa
Centro - Florianópolis - SC - CEP 88.010-001
E-mail: atendimento@crt04.org.br - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030
E-mail: atendimentopr@crt04.org.br - Fone: (41) 4106-7737
www.crt04.org.br

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

7.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo aditivo vai eletronicamente pelos contraentes, depois de lido e achado em ordem, e por duas testemunhas.

Florianópolis/SC, 08 de julho de 2024.

WALDIR
APARECIDO
ROSA:3310438791
5

Waldir Aparecido Rosa
Presidente do CRT04

Assinado de forma digital
por WALDIR APARECIDO
ROSA:33104387915
Dados: 2024.07.17
11:58:30 -03'00'

CLAYTON DE SOUZA
BENITES:9088835993
4

Clayton de Souza Benites
Diretor Financeiro do CRT04

Assinado de forma digital por
CLAYTON DE SOUZA
BENITES:90888359934
Dados: 2024.07.17 14:13:35 -03'00'



Documento assinado digitalmente
CARLOS RENATO DE LIMA CASSERES
Data: 16/07/2024 09:42:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcelo Wais
Representante legal da Gente Seguradora S/A.

Testemunhas:



CRT-04

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais da 4ª Região

Rua Felipe Schmidt, 390 - Sala 810 - Galeria Comasa
Centro - Florianópolis - SC - CEP 88.010-001
E-mail: atendimento@crt04.org.br - Fone: (48) 3030-8378

Rua Comendador Macedo, 62 - Sala 803/804
Centro - Curitiba - PR - CEP 80.060-030
E-mail: atendimentopr@crt04.org.br - Fone: (41) 4106-7737
www.crt04.org.br

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____





CONTRATO Nº 062/2024

PROCESSO Nº 121/2024

DISPENSA Nº 033/2024 - FORMA ELETRÔNICA

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Minas Gerais, 301, inscrita no CNPJ sob o nº 76.331.941/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito **Amin José Hannouche**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o nº 521.746.549-20, portador da cédula de identidade RG nº 31.039.282 SSP-PR, residente e domiciliado na Rua Espírito Santo, Centro, Cornélio Procópio-PR.

CONTRATADO: **GENTE SEGURADORA S/A**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, 450, Centro Histórico, CEP. 90020-060, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ. 90.180.605/0001-02, neste ato representada pelo Sr. **Aurelino José Alcântara da Silva**, portador do RG. 3.726.311-7 SSP/PR e CPF. 557.701.269-49.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA EXECUÇÃO

1.1 – Este instrumento tem por objeto a contratação de seguro veicular com as seguintes condições:

1.2 – ASSISTÊNCIA 24 HORAS SEM LIMITE DE KM (GUINCHO E TÁXI).

COBERTURAS MÍNIMAS – R\$	
COLISÃO, INCÊNDIO E ROUBO	100% Tabela FIPE
DANOS MATERIAIS	100.000,00
DANOS CORPORAIS	100.000,00
DANOS MORAIS	20.000,00
APP - MORTE (POR OCUPANTE)	10.000,00
APP – INVALIDEZ (POR OCUPANTE)	10.000,00

ITEM	IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO	FRANQUIA VALOR	PRÊMIO
1	SEGURO VEICULAR POLO TRACK MA PLACA SEV-1D97	1.500,00	1.000,00
2	SEGURO VEICULAR FORD CARGO 1119 PLACA BDG-4J87.	2.000,00	3.000,00
3	SEGURO VEICULAR ONIX HATCH LT 1.0 PLACA SDQ-1C55	1.500,00	1.200,00
4	SEGURO VEICULAR ONIX SEDAN PLUS PLACA SDQ-1C56	1.500,00	1.200,00
5	SEGURO VEICULAR VAN MASTER 2.3 EXECUTIVE 16L PLACA SEB-8A87	4.000,00	3.000,00
6	FRANQUIA VOLKSWAGEN POLO TRACK MA, PLACA SEV-1D97, RENAVAN 01361248774	1.500,00	1.500,00
7	FRANQUIA FORD CARGO 1119, PLACA BDG-4J87, RENAVAN 011969006006	2.000,00	2.000,00
8	FRANQUIA CHEVROLET ONIX HATCH 10MT LT1, PLACA SDQ-1C55, RENAVAN 01302693848	1.500,00	1.500,00
9	FRANQUIA CHEVROLET ONIX SEDAN PLUS 10TMT LTZ, PLACA SDQ-1C56, RENAVAN 01302692450	1.500,00	1.500,00
10	FRANQUIA VAN RENAULT MASTER 2.3 DCI, PLACA SEB-8A87, RENAVAN 0133118414	4.000,00	4.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem assim para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, todos os documentos exigidos no Edital de origem, sendo os mesmos considerados suficientes



para, em complemento a este contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 - O preço para a execução do objeto deste contrato é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovada pelo CONTRATANTE, sendo que o valor total dos prêmios é de R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais) e a título de franquia em caso de acionamento do seguro, total de R\$10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).

3.2– O preço contratado compreende todos os custos necessários à prestação do serviço, inclusive os referentes às despesas das relações trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, frete e quaisquer outras despesas e encargos necessários à sua correta execução, de modo a que nenhuma outra remuneração seja devida à CONTRATADA além do valor ora estipulado.

3.3- O preço proposto não será reajustado durante o período de contratação, salvo, se ocorrer algumas das hipóteses previstas na LF nº 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO, DO PAGAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1 – Fica estabelecido que os veículos passam a estar segurados a partir da data da emissão deste contrato.

10.2 – O CONTRATADO emitirá documento para o processamento do pagamento do prêmio, que se fará no prazo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento.

10.2.1- A fatura deverá ser emitida para: MUNICIPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO, CNPJ. 76.3331941/0001-70, Av. Minas Gerais, 301, Centro, Cornélio Procópio-PR.

10.2.2 - A NOTA FISCAL DEVERÁ ATENDER A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2145 DE 26/06/2023 DA RECEITA FEDERAL. (a ausência implicará em devolução da Nota fiscal para correção)

10.3 - Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela PMCP, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo os juros de mora calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde: I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 – As despesas será reconhecida com as dotações orçamentárias: (568) 10.001.04.122.0002.2117.3.3.90.39.00 / 00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres); (720) 16.001.20.605.0005.2161.3.3.90.39.00 / 00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos Ordinários (Livres).

CLÁUSULA SEXTA – DA APÓLICE E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1 – O prazo do seguro/apólice é de 12 (doze) meses;

6.2 - O prazo de vigência do Contrato Administrativo será de 12 (doze) meses, com início na data da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, limitado ao previsto na LF nº 14.133/2021 e alterações posteriores, SE comprovada a vantajosidade.

6.2.1 – Se durante a vigência não ocorrerem sinistros, as referidas prorrogações poderão ser firmadas com valores reduzidos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



7.1 – Manter durante toda a vigência deste instrumento, em compatibilidade todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

7.2 - Responder perante o CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erros relativos à execução do objeto.

7.3 - Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para o CONTRATANTE.

7.4 - Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - Além das naturalmente decorrentes deste instrumento, são obrigações da CONTRATANTE, durante todo o prazo de vigência contratual:

- I - Notificar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato;
- II - Fiscalizar a execução do objeto deste contrato podendo, em decorrência, solicitar fundamentadamente, à CONTRATADA, providências cabíveis para correção ou adequação de procedimentos, as quais a mesma atenderá no prazo mínimo necessário;
- III - Fornecer todos os esclarecimentos e informações necessárias ao fiel cumprimento do contrato;
- IV - Zelar pela boa qualidade do serviço, bem como estimular sua eficiência, receber e apurar reclamações de qualquer natureza;
- V - Efetuar o pagamento de acordo com o previsto no contrato;
- VI - Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis;
- VII - Assegurar-se da boa prestação e do bom desempenho dos serviços.
- VIII - Documentar as ocorrências referentes ao Contrato.
- IX - Fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.

CLÁUSULA NONA – RESPONSABILIDADE

9.1 - A CONTRATADA é responsável direto e exclusivo pela execução do objeto deste Contrato e, consequentemente, responde civil, criminal por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha direta ou indiretamente, provocar ou causar para o CONTRATANTE ou para terceiros.

9.2 - A CONTRATADA responderá por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária, administrativa, civil e comercial resultantes da correta execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

10.1 - A CONTRATADA não poderá transferir o presente Contrato, no todo ou em parte, sem o expresso consentimento do CONTRATANTE, dado por escrito, sob pena de rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – O fornecedor/prestador sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, da Lei 14.133/2021 e responsabilidades civil e criminal:

a) 5,0 % (cinco vírgula zero por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

b) Até 20% (vinte vírgula zero por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

c) A frequente ocorrência de atraso injustificada ou justificada pela licitante, referente à entrega do objeto, reserva-se o direito a Contratante além das penalidades previstas nesta cláusula, garantido a licitante o contraditório e a ampla defesa.



11.2 - Ao fornecedor/prestador que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o instrumento, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração pelo infrator:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

11.4 - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa.

11.5 - Excepcionalmente, “*ad cautelam*”, o Município poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 e seguintes, da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A CONTRATANTE se reserva no direito de rescindir o contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos a seguir mencionados:

- a) Quando a CONTRATADA falir ou for dissolvida;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INTEGRAÇÃO DO EDITAL À PROPOSTA DO VENCEDOR

13.1 Integram o presente contrato, como se aqui estivessem transcritos, o processo licitatório, Dispensa nº 033/2024 – Forma Eletrônica e seus anexos, aplicando-se no que couber a LF nº 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1 - O presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, pela legislação aplicável e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – TOLERÂNCIA

15.1 - Se qualquer das partes Contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS

16.1- Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste contrato indica pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar seu desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento deste contrato.

17.2 - São partes integrantes deste contrato a proposta apresentada pela CONTRATADA e o edital sob Dispensa nº 033/2024 o precedeu.



17.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

17.4 - Fica eleito o foro da Comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 02 vias de igual teor e forma.

Cornélio Procópio, 10 de junho de 2024.

AMIN JOSE

HANNOUCHE:52174654920

Assinado de forma digital

por AMIN JOSE

HANNOUCHE:52174654920

MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO

Amin José Hannouche

Prefeito

VICTORIA MACCARI

SOARES:8481226505

3

Assinado de forma digital

por VICTORIA MACCARI

SOARES:84812265053

GENTE SEGURADORA S/A

Aurelino José Alcântara da Silva

Representante Legal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

EDITAL DE LICITAÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 342/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2024
UASG: 984743**

Torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA, por meio do(a) SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, sediado(a) rua Joaquim Gomes Pereira, 825, CEP: 35590-022, no centro de Lagoa da Prata-MG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

REFERÊNCIA DE TEMPO: As referências de horários, nos instrumentos convocatórios e durante a sessão pública virtual, observarão o fuso horário oficial de Brasília-DF, o qual será registrado no Portal de Compras e na documentação pertinente.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

1. **Data da sessão: 17/01/2025**
2. **Horário: 12h00min (horário de Brasília)**
3. **Local: Licitar Digital**
4. **www.licitardigital.com.br**

DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme ETP - Estudo Técnico Preliminar

MODO DE DISPUTA

Aberto, art. 56 da Lei n. 14.133, de 2021, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, conforme o critério de julgamento acima previsto.

PREFERÊNCIA

Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas.

NÃO

I - DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO TOTAL E CONTRA TERCEIROS, COM ASSISTENCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS E COBERTURAS ACESSÓRIAS, PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

1.1.1. MENOR PREÇO POR LOTE.

1.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

1.2.1. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO DESCRITAS NA RELAÇÃO DE ITENS DO SITE www.licitardigital.com.br, E AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL, O LICITANTE DEVERÁ OBEDECER ÀS DESCRIÇÕES DO TERMO DE REFERENCIA E ANEXO VI DESTA EDITAL.

DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar.

II - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras www.licitardigital.com.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para Participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2. e 2.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.2. e 2.6.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.6.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

III - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2.1. Será exigida a apresentação de documentos de habilitação somente da licitante vencedora da etapa de propostas.

3.2.1.1. Após finalizado o julgamento das propostas, o Pregoeiro convocará a licitante vencedora para que apresente os documentos de habilitação no prazo mínimo de 02 (duas) horas, seguindo-se o disposto no item 7 deste edital.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade das declarações, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 0 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

IV - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário total do item;

4.1.2. marca

4.1.3. fabricante

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto lícitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no edital.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O modo de disputa será “aberto”.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.10.6. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.10.7. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.10.8. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.10.9. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

5.10.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.10.11. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.10.12. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.10.13. A licitante melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.10.14. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.10.15. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.11. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.11.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.11.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.11.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.11.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.11.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.11.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.11.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.11.2.2. empresas brasileiras;

5.11.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.11.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.12.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.12.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

5.12.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.12.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.13. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 - DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta em qualquer banco de dados públicos.

6.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens específicos deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

6.7.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];

6.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. contiver vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

- 6.10.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.10.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 6.10.3.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.10.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.11.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.12.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.12.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.12.2.** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 6.12.3.** Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 6.12.4.** Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 6.12.5.** Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 6.13.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.13.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.13.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.14.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.15.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.16.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.17.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.18.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

6.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

Exigências de habilitação

7.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.1.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.1.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.1.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.1.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.1.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e/ou estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.1.15. Prova de regularidade com a Fazenda municipal e estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.1.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais e/ou estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.1.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

7.1.18. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) poderão apresentar documentos que comprovam a sua regularidade fiscal até a data de assinatura do contrato.

Qualificação Econômico-Financeira

7.1.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

7.1.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

7.1.21. Atestado de Capacidade Técnica ou Certidão, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, apresentados em papel timbrado da emitente, que comprovem que a SEGURADORA e CORRETORA INDICADA tenham prestado pelo menos 40 % dos serviços, com características com o objeto desta licitação, de maneira satisfatória, certificando ou declarando a capacidade técnica da proponente em realizar os serviços.

7.1.22. Certidão emitida pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, que comprove autorização para SEGURADORA E CORRETORA INDICADA atuar na área de seguro objeto da licitação.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.licitardigital.com.br

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

1. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 11.1, de 10 % a 20% do valor do Contrato.

c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 11.1, de 20% do valor do Contrato.

9.3. O valor total das multas moratórias e compensatórias, somadas, ou quando a moratória for convertida em compensatória, não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

9.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA ESTADO MINAS GERAIS

Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.12. Os débitos do contratado para com a contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o órgão ora contratante.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: na plataforma www.licitardigital.com.br e e-mail: licitacao@lagoadaprata.mg.gov.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo **CONTRATANTE**, por intermédio da Secretaria Municipal de Transporte e Limpeza Pública, que acompanharão a entrega do veículo, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

11.2. Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o **CONTRATANTE** e terá as seguintes atribuições:

- a)** Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;
- b)** Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc;
- c)** Assegurar à empresa vencedora acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria;
- d)** Agir e decidir em nome do **CONTRATANTE**, inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas;
- e)** Coletar, se julgar necessário, amostra(s) de todos os itens, para realização de análise;
- f)** Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição do(s) produto(s);
- g)** Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado;
- h)** Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
- i)** Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;
- j)** Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;
- k)** Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;
- l)** Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do **CONTRATANTE**;
- m)** No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelo mesmos julgados necessários.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

12.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas na Minuta do Contrato e no instrumento de contrato.

13. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. A empresa terá o prazo de até 05 (cinco) dias, a contar do acionamento da cobertura para realizar, caso seja necessário, a vistoria nos veículos segurados.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

13.2. Os veículos estarão disponíveis no pátio da Prefeitura e/ou Garagem, ou em outro local indicado pela contratante, para realização da vistoria pela seguradora.

13.3. As apólices referente aos veículos constantes na tabela em anexo terão vigência única para todos os veículos, e contar-se-á do recebimento da Ordem de Fornecimento, entregue à seguradora.

13.4. A apólice será o instrumento legal de contrato, bem como a Nota de Empenho.

13.5. A apólice deve ser emitida no prazo máximo de 15 (quinze) dias do recebimento da Ordem de Fornecimento, contendo cartão de atendimento individualizado para cada veículo, com o telefone da assistência 24 horas.

13.6. Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site www.fipe.org.br. E, em caso de extinção ou interrupção da publicação da mesma, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site www.molicar.com.br, com o mesmo percentual. Fica vedada a utilização de qualquer outra tabela.

13.7. Em se tratando de sinistro envolvendo veículos no ano base de fabricação o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 dias a contar da data de seu recebimento pelo contratante, independente da quilometragem rodada no período.

13.8. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilometro constante na Nota fiscal de referência quando da liquidação do veículo.

13.9. Não haverá custo de emissão de nova apólice.

13.10. Deverá ser emitida apólice única contendo:

- a) Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.
- b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos da publicação.
- c) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100%.
- d) Prêmios discriminados por cobertura.
- e) Limites de indenização por cobertura, conforme tabela com a relação dos veículos em anexo.
- f) Bônus, quando houver.
- g) Franquia aplicável.

13.11. A emissão da apólice deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da emissão da nota de empenho.

13.12. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, ou serviço online, com acessibilidade em todo território nacional.

13.13. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 05 (dias), a contar da data de registro, para realizar a vistoria nos veículos e proceder à liberação do serviço a ser executado.

13.14. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender ao chamado no prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.

13.15. A licitante vencedora, independentemente de ser ou não a atual contratada, deverá observar os bônus existentes nas atuais apólices.

13.16. A franquia a ser proposta não deverá ser superior à normal (obrigatória), devendo ser observados os itens a seguir:

- a) A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmios).
- b) Não haverá cobrança de franquia em caso de indenização integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão, bem como por danos a terceiros.
- c) Não haverá cobrança de franquia em caso de substituição de vidros, em faróis, lanternas e retrovisores.

13.17. Dos Riscos Cobertos: "SEGURO TOTAL". O seguro deverá cobrir integralmente os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

- a) Roubo ou furto, bem como os danos causados pela tentativa de roubos ou furtos, incluindo vidros.
- b) Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.
- c) Raios e suas consequências.
- d) Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.
- e) Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.
- f) Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado.
- g) Inundação, alagamento, ressacas, ventos fortes, granizo e queda acidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo; inclusive quando guardado em subsolo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

- h) Granizo.
 - i) Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.
 - j) Responsabilidade Civil Facultativo (RCF _ danos materiais e corporais).
 - k) Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.
 - l) Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os serviços mínimos:
 - m) Chaveiro;
 - n) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo contratante;
 - o) Transporte da pessoa segurada e demais passageiros em razão da imobilização do veículo segurado; bem como o transporte das pessoas seguradas em caso de roubo ou furto do veículo.
 - p) Danos totais causados ao veículo segurado por acidentes de trânsito tais como: colisão, capotagem, queda acidental, abaloamento, tombamento;
 - q) Danos causados à pintura por acidente ou por terceiros
 - r) Danos em vidros; em faróis, lanternas e retrovisores;
 - s) Cobertura de todos os danos materiais e corporais causados a transportados (Passageiros e Tripulantes), quando contratado até o valor estabelecido;
 - t) Realizar a vistoria do veículo em até 48 horas após a comunicação do aviso do sinistro.
 - u) Liberar os reparos junto a oficina em até 96 horas após a vistoria;
 - v) Liberação do Carro Reserva no máximo 48 horas após abertura do aviso de sinistro;
 - w) A oficina indicada para realizar o conserto dos veículos deverá estar estabelecida em no máximo de 50 km da sede do município.
 - x) Fica a cargo da contratada, sem qualquer ônus para a contratante, o custeio do transporte dos veículos incapacitados de rodar até a oficina indicada para a realização dos consertos.
- 13.17.1.** Para fins de qualificação, equipara-se o RCF ao RC-V previsto na lei 11.442/07, Art. 13 inciso III, exclusivamente para cobertura de danos corporais e materiais causados a terceiros pelo veículo automotor utilizado no transporte rodoviário devendo-se adotar os valores referenciados nesta lei.
- 13.18.** A Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata _ MG, reserva-se o direito de não aceitar os serviços que estiverem em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no artigo 77, da Lei Federal nº 14.133/21.

14. DO PAGAMENTO

14.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas na Minuta do Contrato, anexo a este Edital.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 15.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 15.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site www.lagoadaprata.mg.gov.br e endereço eletrônico www.licitardigital.com.br
- 16.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar (Apêndice do Termo de Referência)

ANEXO III - Declarações;

ANEXO IV - Declaração do Art. 2º, Inciso III da Lei Complementar Municipal N. 81, De 14 de Julho de 2009;

ANEXO V - Declaração do Art. 50 da Lei Orgânica Municipal - Pessoa Jurídica;

ANEXO VI - Especificações;

ANEXO VII - Minuta do Termo de Contrato;

ANEXO VIII - Dados para elaboração do contrato;

ANEXO IX – Ficha Cadastral – MEI (Anexo Separado).

Lagoa da Prata, 02 de Janeiro de 2025

Secretário Municipal de Transporte e Limpeza Pública

Luiz da Silva Júnior



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Eletrônico nº 117/2024 - PRC nº: 342/2024

1. OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO TOTAL E CONTRA TERCEIROS, COM ASSISTENCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS E COBERTURAS ACESSÓRIAS, PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

1.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (meses) meses, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os Requisitos da contratação encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Condições especiais de participação:

4.3. Declaração contendo a indicação da Corretora de Seguros que atenderá a Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata na contratação. A declaração deverá mencionar:

4.4. Vigência do Que a corretora irá realizar os Avisos de Sinistro do Segurado e Terceiro, Auxílio na assistência 24 horas, Cálculos de Endossos (inclusão, exclusão, substituição ou alteração) comparecer na prefeitura dentro de 24 horas quando solicitado pelo mesmo e tudo que for necessário para o devido cumprimento do contrato em questão.

a) Que a Corretora possui estrutura adequada para a realização dos serviços, a fim de garantir o devido cumprimento do contrato;

b) Que não haverá substituição da Corretora no decorrer do contrato, salvo por motivo de força maior, ou por acordo das partes.

c) Cartão CNPJ para comprovação do endereço da Corretora representante.

d) Atestado de Capacidade Técnica ou Certidão, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, apresentados em papel timbrado da emitente, que comprovem que a SEGURADORA e CORRETORA INDICADA tenham prestado pelo menos 40 % dos serviços, com características com o objeto desta licitação, de maneira satisfatória, certificando ou declarando a capacidade técnica da proponente em realizar os serviços.

e) Certidão emitida pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, que comprove autorização para SEGURADORA E CORRETORA INDICADA atuar na área de seguro objeto da licitação.

5. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A empresa terá o prazo de até 05 (cinco) dias, a contar do acionamento da cobertura para realizar, caso seja necessário, a vistoria nos veículos segurados.

5.2. Os veículos estarão disponíveis no pátio da Prefeitura e/ou Garagem, ou em outro local indicado pela contratante, para realização da vistoria pela seguradora.

5.3. As apólices referente aos veículos constantes na tabela em anexo terão vigência única para todos os veículos, e contar-se á do recebimento da Ordem de Fornecimento, entregue à seguradora.

5.4. A apólice será o instrumento legal de contrato, bem como a Nota de Empenho.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

5.5. A apólice deve ser emitida no prazo máximo de 15 (quinze) dias do recebimento da Ordem de Fornecimento, contendo cartão de atendimento individualizado para cada veículo, com o telefone da assistência 24 horas.

5.6. Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site www.fipe.org.br. E, em caso de extinção ou interrupção da publicação da mesma, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site www.molicar.com.br, com o mesmo percentual. Fica vedada a utilização de qualquer outra tabela.

5.7. Em se tratando de sinistro envolvendo veículos no ano base de fabricação o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 dias a contar da data de seu recebimento pelo contratante, independente da quilometragem rodada no período.

5.8. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilometro constante na Nota fiscal de referência quando da liquidação do veículo.

5.9. Não haverá custo de emissão de nova apólice.

5.10. Deverá ser emitida apólice única contendo:

- h) Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.
- i) Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos da publicação.
- j) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100%.
- k) Prêmios discriminados por cobertura.
- l) Limites de indenização por cobertura, conforme tabela com a relação dos veículos em anexo.
- m) Bônus, quando houver.
- n) Franquia aplicável.

5.11. A emissão da apólice deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da emissão da nota de empenho.

5.12. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, ou serviço online, com acessibilidade em todo território nacional.

5.13. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 05 (dias), a contar da data de registro, para realizar a vistoria nos veículos e proceder à liberação do serviço a ser executado.

5.14. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender ao chamado no prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.

5.15. A licitante vencedora, independentemente de ser ou não a atual contratada, deverá observar os bônus existentes nas atuais apólices.

5.16. A franquia a ser proposta não deverá ser superior à normal (obrigatória), devendo ser observados os itens a seguir:

- d) A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmios).
- e) Não haverá cobrança de franquia em caso de indenização integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão, bem como por danos a terceiros.
- f) Não haverá cobrança de franquia em caso de substituição de vidros, em faróis, lanternas e retrovisores.

5.17. Dos Riscos Cobertos: "SEGURO TOTAL". O seguro devesa cobrir integralmente os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

y) Roubo ou furto, bem como os danos causados pela tentativa de roubos ou furtos, incluindo vidros.

z) Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.

aa) Raios e suas consequências.

bb) Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.

cc) Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.

dd) Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado.

ee) Inundação, alagamento, ressacas, ventos fortes, granizo e queda acidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo; inclusive quando guardado em subsolo.

ff) Granizo.

gg) Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

hh) Responsabilidade Civil Facultativo (RCF _ danos materiais e corporais).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

- ii) Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.
 - jj) Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os serviços mínimos:
 - kk) Chaveiro;
 - ll) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo contratante;
 - mm) Transporte da pessoa segurada e demais passageiros em razão da imobilização do veículo segurado; bem como o transporte das pessoas seguradas em caso de roubo ou furto do veículo.
 - nn) Danos totais causados ao veículo segurado por acidentes de trânsito tais como: colisão, capotagem, queda acidental, abaloamento, tombamento;
 - oo) Danos causados à pintura por acidente ou por terceiros
 - pp) Danos em vidros; em faróis, lanternas e retrovisores;
 - qq) Cobertura de todos os danos materiais e corporais causados a transportados (Passageiros e Tripulantes), quando contratado até o valor estabelecido;
 - rr) Realizar a vistoria do veículo em até 48 horas após a comunicação do aviso do sinistro.
 - ss) Liberar os reparos junto a oficina em até 96 horas após a vistoria;
 - tt) Liberação do Carro Reserva no máximo 48 horas após abertura do aviso de sinistro;
 - uu) A oficina indicada para realizar o conserto dos veículos deverá estar estabelecida em no máximo de 50 km da sede do município.
 - vv) Fica a cargo da contratada, sem qualquer ônus para a contratante, o custeio do transporte dos veículos incapacitados de rodar até a oficina indicada para a realização dos consertos.
- 5.17.1.** Para fins de qualificação, equipara-se o RCF ao RC-V previsto na lei 11.442/07, Art. 13 inciso III, exclusivamente para cobertura de danos corporais e materiais causados a terceiros pelo veículo automotor utilizado no transporte rodoviário devendo-se adotar os valores referenciados nesta lei.
- 5.18.** A Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata _ MG, reserva-se o direito de não aceitar os serviços que estiverem em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no artigo 77, da Lei Federal nº 14.133/21.

6. CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

- 6.1.** A execução dos serviços será realizada de acordo com a legislação vigente relativa ao objeto deste certame.
- 6.2.** O objeto tem como regime de execução indireta, empreitada por preço global por lote, e será executado pela CONTRATADA de acordo com este Termo de Referência, após a solicitação de entrega (pedido) expedida pelo órgão solicitante.
- 6.3.** A apólice de seguro terá sua vigência a partir da data de efetivação da publicidade do extrato do contrato.
- 6.4.** A prestadora dos serviços deverá disponibilizar e manter as condições (gerais e particulares) do seguro de acordo com as disposições legais e normas da Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda – SUSEP.
- 6.5.** A seguradora deverá emitir documento que contenha os dados do seguro e dos veículos segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), vigência do seguro, condições gerais e particulares, assim como prever o endosso de inclusão e exclusão, observadas as condições expressas neste Contrato e as normas que regem a prestação de serviços de seguro, em especial, aquelas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.
- 6.6.** A Seguradora deverá emitir e entregar apólice de seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do presente contrato.
- 6.7.** Deverá indenizar o Município de Lagoa da Prata, em caso de sinistro, até o total da importância segurada no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a entrega da documentação.
- 6.8.** O licitante vencedor deverá entregar os serviços de acordo com as necessidades da administração pública, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência; Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade dos serviços obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
- 6.9.** O licitante vencedor ficará obrigado a trocar as suas expensas, imediatamente, o serviço que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.
- 6.10.** Os serviços estarão sujeitos à verificação, pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações deste edital e seus anexos, no que se refere a quantidade e qualidade, principalmente este Termo de Referência.
- 6.11.** Os serviços deverão ser entregues à Secretaria Municipal de Transportes e Limpeza Pública ou em outro setor, conforme designação da mesma, mediante a emissão da solicitação.

7. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

- 7.1.** O Gestor de contrato é responsável pela promoção das medidas necessárias à fiel execução das condições contratualmente previstas, que será acompanhada e executada pela Secretaria Municipal de Transportes e Limpeza Pública, para tomarem as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste.
- 7.2.** A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do Município, através da Secretaria Municipal de Transportes e Limpeza Pública, na qual designará servidores(as) através de portaria para atuarem como fiscais responsáveis pela execução do presente contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência/atribuição deverão ser encaminhadas ao Gestor de Contrato, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.
- 7.3.** Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes à execução dos serviços, deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem qualquer ônus ao Município.
- 7.4.** Qualquer fiscalização exercida pelo Município, feita em seu exclusivo interesse, não implica em corresponsabilidade pela execução do contrato e não exime a contratada de nenhuma responsabilidade civil ou penal quanto aos seus atos para a prestação de serviços.
- 7.5.** Caberá a Secretaria Municipal de Transportes e Limpeza Pública, no que couber, o gerenciamento e a fiscalização pelo cumprimento do contrato originado deste processo.

8. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO:

- 8.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da apólice e do boleto, ou recibo ou instrumento equivalente, e conferência da quantidade e qualidade pelo órgão competente da Administração, mediante recebimento da nota fiscal no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata e de acordo com as condições estabelecidas pela Secretaria Municipal de Fazenda.
- 8.2.** As empresas que emitirem Nota Fiscal Eletrônica deverão enviar juntamente com o DANFE, o arquivo XML para o endereço secretariadetransportelp@gmail.com.

9. FISCAL DO CONTRATO:

- 9.1.** O Fiscal de contrato é responsável pela promoção das medidas necessárias à fiel execução das condições contratualmente previstas, que será acompanhada e executada pela Secretaria Municipal de Transportes e Limpeza Pública, para tomarem as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste.
- 9.2.** A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do Município, através de servidores designados por portaria, para atuarem como fiscais responsáveis pela execução do presente contrato. As decisões e providências que ultrapassarem as suas competências/atribuições deverão ser encaminhadas ao Gestor de Contrato, em tempo hábil, para a adoção das medidas conveniente.
- 9.3.** Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes à execução dos serviços, deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem qualquer ônus ao Município.
- 9.4.** Caberá a Secretaria Municipal de Transportes e Limpeza Pública, no que couber, o gerenciamento e a fiscalização pelo cumprimento do contrato originado deste processo.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 10.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 10.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 10.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 10.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 10.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

10.6. Fiscalização Técnica

- 10.6.1.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA ESTADO MINAS GERAIS

10.6.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.6.3. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.6.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.6.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.6.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10.7. Fiscalização Administrativa

10.7.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.7.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.8. Gestor do Contrato

10.8.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.8.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.8.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

10.8.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.8.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.8.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11. DOS ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E COMERCIAIS

11.1.1. Na forma do disposto no Artigo 121 da Lei Federal nº 14.133/2021, com suas alterações, a contratada assume todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da contratação.

12. DAS SANÇÕES

12.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

a) Multa de mora no percentual correspondente a 1% (um por cento) calculada sobre o valor total estimado da nota de empenho, por dia de atraso na entrega do item, até o limite de 20 (vinte) dias, caracterizando a inexecução parcial;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

b) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração, conforme disposto no inciso II do art. 137 da Lei 1.133/2021;

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal de Lagoa da Prata enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;

d) Advertência escrita.

e) Caso venha desistir de fornecer os itens, além de outras cominações legais, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor do total do empenho.

12.2. A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Lagoa da Prata, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata, sendo que poderá ser automaticamente descontada dos créditos que a empresa tiver junto ao Município, devendo ser aplicadas por ato do Secretário Municipal de Administração, facultada a defesa da Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da abertura da vista ao processo.

12.3. As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, previstas na lei 14.133/2021, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

12.4. Em qualquer hipótese e aplicações de sanções será assegurado à contratada o contraditório e a ampla defesa, conforme disposto no artigo 137 da Lei 14.133/21.

13. DA RESCISÃO

13.1. Todos os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. A inexecução total ou parcial do CONTRATO enseja a sua rescisão pelo CONTRATANTE, com as consequências a seguir previstas:

13.2.1. A rescisão contratual poderá ser:

a) Determinada por Ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos descritos nos parágrafos 2º e 4º do Art. 90, da Lei nº. 14.133/21.

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada pelo CONTRATANTE, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência do CONTRATANTE.

c) Judicial, nos termos da legislação.

13.2.2. Constituem motivos para rescisão do Contrato, os previstos no art. 138, da Lei nº. 14.133/21. Em caso de rescisão prevista no § 2º do art. 138 da Lei nº. 14.133/21, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido, com direito a:

a) Devolução de garantia se houver.

b) Pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

13.2.3. Em caso de a Adjudicatária deixar de cumprir sua proposta, será convocada a seguinte, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis quando se tratar de recusa injustificada, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

14.2. Garantia da contratação

14.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar (tipo do objeto).

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Gabinete do Prefeito: C/C 02

Código da dotação 01.001.04.122.0301.4002.3.3.90.39.00

Setor de Habitações: C/C 148

Código da dotação: 11.002.04.122.1101.4058.3.1.90.04.00

Gabinete Secretaria de Assistência Social: C/C 04

Código da dotação: 04.001.08.122.0401.8002.3.3.90.39.00

Gabinete Secretaria de Educação C/C 19



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

Código da dotação: 08.001.12.122.0301.4094.3.3.90.39.00

Gabinete de Obras: C/C 22

Código da dotação: 11.001.04.122.0301.4100.3.3.90.39.00

Setor de Transportes: C/C 41

Código da dotação: 13.002.26.122.1301.4063.3.3.90.39.00

Setor de Parques e Jardins: C/C 59

Código da dotação: 10.002.18.541.1002.4057.3.3.90.39.00

UPA: C/C 106

Código da dotação: 12.003.10.302.1203.8042.3.3.90.39.00

Conselho Tutelar: C/C 156

Código da dotação: 04.002.08.243.0409.8016.3.3.90.39.00

Polícia Civil: C/C 173

Código da dotação: 01.002.06.181.0302.4007.3.3.90.39.00

Vigilância Epidemiológica: C/C 220

Código da dotação: 12.004.10.305.1205.8047.3.3.90.39.00

TFD: C/C 523

Código da dotação: 12.003.10.302.1203.8037.3.3.90.39.00.00.00

Sine: C/C 283

Código da dotação: 06.001.11.333.0604.4027.3.3.90.39.00

Programa Bolsa Família C/C 324

Código da dotação: 04.002.08.244.0408.8007.3.3.90.39.00

Centro de Referência da Assis. Social 309

Código de dotação: 04.002.08.244.0402.8005.3.3.90.39.00

Guarda Civil Municipal: C/C 347

Código de dotação: 01.001.06.181.0302.4005.3.3.90.39.00

CREAS C/C 370

Código de dotação: 04.002.08.244.0403.8011.3.3.90.39.00

Saúde Bucal C/C 307

Código de dotação: 12.003.10.301.1202.8036.3.3.90.39.00

Setor de Limpeza Urbana: C/C 40

Código da dotação: 13.003.15.452.1302.4064.3.3.90.39.00

Setor de Agricultura: C/C 348

Código da dotação: 06.002.20.606.0602.4029.3.3.900.39.00

Manutenção das Atividades dos PSF'S C/C 231

Código da dotação: 12.003.10.301.1202.8035.3.3.90.39.00

Transporte Escolar C/C 211

Código da dotação: 08.002.12.361.0804.4044.3.3.90.39.00

Polícia Militar (Convênio): C/C 29

Código da dotação: 01.002.06.181.0302.4006.3.3.90.39.00

Setor de Vigilância Sanitária: C/C 107



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

Código da dotação: 12.004.10.304.1205.8046.3.3.90.39.00

Setor de Esperte e Lazer C/C 171

Código da dotação: 07.002.27.812.0701.4031.3.3.90.39.00

CPD C/C 60

Código da dotação: 03.01.04.122.0301.4019.3.3.90.39.00

ALMOXARIFADO DA SAÚDE C/C 298

Código da dotação: 12.001.10.122.1201.8101.3.3.90.39.00

SECRETARIA DE AGRICULTURA C/C 349

Código da dotação: 05.001.04.122.0301.4088.3.3.90.39.00

16. DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do Termo de Contrato.

Lagoa da Prata-MG, 02 de Janeiro de 2.025

**Secretário Municipal de Transporte e Limpeza Pública
Luiz da Silva Júnior**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

ANEXO II

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

(Arquivo Separado)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

ANEXO III - DECLARAÇÕES

Referência: Processo nº: 342/2024

Pregão Eletrônico nº: 117/2024

A empresa _____, CNPJ nº _____, situada na _____, Bairro _____, na cidade de _____.

Por intermédio de seu representante legal ou procurador que abaixo assina ao município de Lagoa da Prata:

DECLARA que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

DECLARA que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

DECLARA que atende as condições de habilitação previstas no edital do processo licitatório em epígrafe e que se submete a todas as condições nele previstas.

(Em caso afirmativo, declarar esta ressalva) DECLARA que possui restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas na Lei.

(Opcional) DECLARA que cumpre os requisitos legais para qualificação como (incluir a condição da empresa: ME, EPP ou equivalente), artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

DECLARA que se compromete a entregar o objeto que lhe forem adjudicados conforme a descrição do Anexo III do edital deste certame, desconsiderando qualquer erro que porventura houver cometido na elaboração da proposta.

DECLARA, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

DECLARA, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

DECLARA, que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

DECLARA, que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

DECLARA, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

DECLARA que NÃO está declarada INIDÔNEA, SUSPENSA e nem está IMPEDIDA de contratar com a Administração Pública. (Em caso de declaração de inidoneidade, suspensão ou impedimento, o licitante deverá proceder com a ressalva informando os entes da Administração Pública que emanaram as respectivas declarações, para análise do caso concreto quanto à possibilidade de participação no certame)

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

Local e data.

Assinatura do representante ou procurador da empresa

Nome do representante ou procurador da empresa

OBS: É INDISPENSÁVEL A INCLUSÃO DESTES ANEXOS JUNTO A DOCUMENTAÇÃO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

ANEXO IV

Declaração do Art. 2º, Inciso III da Lei Complementar Municipal N. 81, De 14 de Julho de 2009

_____, inscrita no CNPJ-MF sob o n.º
_____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a)
_____ inscrito(a) no CPF-MF sob o n.º
_____ e portador(a) do documento de identidade de n.º
_____, declara para os fins previstos no art. 2º, inciso III da Lei Complementar
Municipal n. 81, de 14 de julho de 2009 que inexistente vínculo decorrente de matrimônio, união estável ou
parentesco, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau inclusive entre seus sócios e o
Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Vereadores, ou servidor da mesma pessoa jurídica
investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.

Declara ainda estar ciente a Licitante, por meio de seu Representante Legal acima qualificado que prestar
declaração falsa caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, e que por tal crime
será tutelada a responsabilidade, independentemente das sanções administrativas, caso se comprove a
inveracidade do declarado neste documento.

_____, _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

ANEXO V

**DECLARAÇÃO DO ART. 50 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL
PESSOA JURÍDICA**

_____, inscrita no CNPJ-MF sob o n.º _____,
_____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____
_____, inscrito(a) no CPF-MF sob o n.º _____
_____, e portador(a) do documento de identidade de n.º _____,
declara para os fins previstos no art. 50 da Lei Orgânica Municipal de 27 de dezembro de 2022 que inexistente vínculo decorrente de matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, entre seus sócios e o Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Vereadores, Servidor público vinculado à secretaria em que se realizar a contratação ou aquisição, ou que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão de contratos.

Declara ainda estar ciente a Licitante, por meio de seu Representante Legal acima qualificado que prestar declaração falsa caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, e que por tal crime será tutelada a responsabilidade, independentemente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

_____, _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

ANEXO VI

ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

PRC nº: 342/2024 - Pregão Eletrônico nº: 117/2024

EMPRESA:
CNPJ:
CONTATO:
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
VALIDADE DA PROPOSTA:
DATA:

ITEM	QUANTI	UNID	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
1	1,000	SV	SEGURO CONTRA TERCEIROS JCB		
2	1,000	SV	SEGURO C. TERCEIROS 120K		
3	1,000	SV	SEGURO C. TERCEIROS LS PLUS 80		
4	1,000	SV	SEGURO C. TERCEIROS RK406/2013		
5	1,000	SV	SEGURO C. TERCEIROS TL75E		
6	1,000	SV	SEGURO C. TERCEIROS TL75E/2010		
7	1,000	SV	SEGURO C. TERCEIROS XGMA35H		
8	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. GOZ-8866		
9	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. HIF-8969		
10	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. HLF-1168		
11	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. HLF-3184		
12	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. HLF-5584		
13	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. HLF-5903		
14	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. HLF-6368		
15	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. HLF-7241		
16	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. HLF-7534		
17	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. HLF-8834		
18	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. HLR-7181		
19	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. HMG-6900		
20	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. HMH-1849		
21	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOTIVO RUT8H54		
22	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOTIVO RUX 3H43		
23	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOTIVO RUX3H49		
24	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOTIVO RVP5C30 MERCEDES BENS SPRINTER 416 MICROONIBUS. PLACA: RVP5C30 CHASSI: 8AC907645NE220593 RENAVAL: 01327021797 ANO 2022		
25	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOTIVO RVP5C35 MERCEDES BENS SPRINTER 416 MICROONIBUS. ANO 2022 PLACA: RVP5C35 CHASSI: 8AC907645NE220334 RENAVAL: 01327238664		
26	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOTIVO RVP-6A71 - Veículo		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

			Spin 1.8 AT LT, placa RVP6A71, chassi: 9BGJJ7520PB171689, Ano/modelo 2022/2023, cor: Branco Summit, 05 passageiros, renavam 100393. C/C 347/2023		
27	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOTIVO SBW 4E32 - CHEV/SPIN 1.8L AT ACT		
28	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. NXX-1670		
29	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. OOW-9610		
30	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. OOO-5246		
31	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. OPH-5078		
32	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. OPI-2037		
33	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. OPI-2041		
34	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. OPQ-8610		
35	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. OPQ-9851		
36	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. OQC-9085		
37	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. OQK-8267		
38	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. OQU-3977		
39	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOTOR RUX3H50		
40	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. OXF-7232		
41	1,000	SV	FIAT CRONOS DRIVE 1.3 AT, placa SHE4C91, chassi: 8AP359AFJPU260360, ano/modelo 2022/2023, cor prata, renavam 01339139909. C/C 02/2023		
42	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. PUE-1883		
43	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. PUK-0981		
44	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. PUO-9344		
45	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. PUQ-7784		
46	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. PUR-5044		
47	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. PUR-5054		
48	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. PUR-5083		
49	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. PUU-8432		
50	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. PVA-4422		
51	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. PVK-8170		
52	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT PVW-2055		
53	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. PVW-8556		
54	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. PWA-2913		
55	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. PWI-3509		
56	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. PYX-4941		
57	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QMU-2390		
58	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QNY-5627		
59	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QNY-5629		
60	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QNZ-4383		
61	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QNZ-4385		
62	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QOS-4224		
63	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QPB-2097		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

64	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QPF-7539		
65	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QPF-7543		
66	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QPF-7551		
67	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QPF-7557		
68	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QPF-7565		
69	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QPM-0533		
70	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QPW-7133		
71	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QPW-7136		
72	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QPX-1214		
73	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QQA-7347		
74	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QQF-8102		
75	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QUM-5870		
76	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QUU-0942		
77	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QUU-0950		
78	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QUY-2754		
79	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QWY - 9481		
80	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QXU5J27		
81	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QXX5D55		
82	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. QXY6I93		
83	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. RETROESCAVADEIRA JCB 3CX 4X4 RENAVAL		
84	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. RFB4E40		
85	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. RFB-9I19		
86	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. RHW5G13 - Fiat STRADAENDURECE CS - ANO 2022, MODELO 2022 - CHASSI 9BD281A2DNYX02081, RENAVAL: 01294435822		
87	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. RMH-7C55		
88	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. RNI-6D87		
89	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. RNP-6H63		
90	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. RNR-6F79		
91	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. RNX 2J84		
92	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. RTJ-1G50		
93	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. RTJ-3C80		
94	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. RTM-7J85		
95	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. RTQ-7B27		
96	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. RTX-1H75		
97	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. RUV9J01		
98	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. RVV3G85 - Veículo Renault/Sandero SZE16MT, placa RVV3G85, chassi 93Y5SRJSGPJ425653, ano/modelo 2022/2023, cor Branca, renavam 01331290250. C/C 309/2023		
99	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. RVY7A57 - I/PEUGEOT EXPERT CARGO, placa RVY7A57, chassi 9V8VBVHVEPA005332, ano/modelo 2022/2023, cor branca, Renavam 01332891630. C/C 523/2023		
100	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. SHE4C93 - Renault/kwid zen 2, placa SHE4C93, chassi 93YRBB0023PJ514126,		



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

			ano/modelo 2022/2023, cor Branca, renavam 01339512154. C/C 523/2023		
101	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. SID6J16		
102	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. SIO8C52		
103	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. SIO8C56		
104	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. SIR4F75		
105	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. SIV-1I19		
106	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. SIV-1I21		
107	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. SIY-8D56		
108	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYA-1B93		
109	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYA-1B96		
110	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYA-1B98		
111	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYA-1C01		
112	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYA-1C02		
113	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYA-7E95		
114	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYQ-3H17		
115	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYS-3J71		
116	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYI-8G78		
117	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYI-8G80		
118	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYI-8G82		
119	1,000	SV	SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYI-8G86		

Observação: Os Serviços deverão atender integralmente ao exigido no edital e nos Anexos I e II do edital.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

PRC 342/2024 - PREGÃO Eletrônico 117/2024

CONTRATANTE: **CONTRATANTE:** O Município de Lagoa da Prata, com sede na Rua Joaquim Gomes Pereira nº. 825, Centro, em Lagoa da Prata - MG, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.318.618/0001-60 representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Di Gianne de Oliveira Nunes, e neste ato pelo Secretário Municipal de Transporte e Limpeza Pública, o senhor, por delegação, doravante denominado **CONTRATANTE**.

CONTRATADA:, com sede na Rua, nº....., Bairro, na cidade de, CEP, inscrita no CNPJ/MF N., neste ato representado (a) pelo (a) sócio (a) administrador (a),, nacionalidade....., estado civil....., doravante denominada **CONTRATADA**.

Têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº. 14.133/21, decorrente do Processo Licitatório nº. 342/2024, modalidade Pregão Eletrônico nº. 117/2024 e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO TOTAL E CONTRA TERCEIROS, COM ASSISTENCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS E COBERTURAS ACESSÓRIAS, PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1.** O Termo de Referência;
- 1.1.2.** A Autorização de Contratação Direta;
- 1.1.3.** A Proposta do contratado;
- 1.1.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é até, **contados a partir da data de sua assinatura**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a)** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b)** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c)** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d)** Haja manifestação expressa do contratado informado o interesse na prorrogação;
- e)** Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Considerando a baixa complexidade e baixo valor, não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$** (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

5.4. Quanto ao valor, será retido o Imposto de Renda, conforme Decreto Municipal nº. 139/2023, de 07 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao processo em epígrafe.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

7.1.1. Após os primeiros 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, em conformidade com a legislação vigente, com a aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

7.2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, II, "d", da Lei Federal nº 14.133/21, buscarão uma solução para a questão.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES

8.1. DO CONTRATANTE

8.1.1. Efetuar o pagamento do serviço prestado;

8.1.2. Fiscalizar se o serviço prestado está em conformidade com o solicitado no edital;

8.1.3. Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para reparar o serviço prestado, caso seja considerado de má qualidade;

8.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratual prestado em desacordo com o previsto neste contrato, justificando as razões da recusa.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES

9.1. DO CONTRATANTE

9.1.1. Prestar o serviço de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos;

9.1.2. Garantir a boa qualidade do serviço prestado, efetuando o reparo caso seja considerado de má qualidade pela Administração;

9.1.3. Substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem defeitos ou incorreções;

9.1.4. Arcar com as responsabilidades fiscais, trabalhistas, tributárias e demais encargos que vierem a incidir sobre objeto deste contrato;

9.1.5. Responder por qualquer dano ou prejuízo causado ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão culposa ou dolosa de seus prepostos, subcontratados e/ou decorrência da entrega do objeto, após apuração de responsabilidades;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

9.1.6. Manter, durante a vigência do contrato, de acordo com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DEZ- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA ONZE – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DOZE – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- i) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- j) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- k) Der causa à inexecução total do contrato;
- l) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- m) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- n) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- o) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- p) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

1. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10 % a 20% do valor do Contrato.

c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 20% do valor do Contrato.

12.3. O valor total das multas moratórias e compensatórias, somadas, ou quando a moratória for convertida em compensatória, não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

12.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

12.12. Os débitos do contratado para com a contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o órgão ora contratante

CLÁUSULA TREZE – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. O contrato poderá ser extinto:

13.4.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.5.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

CLÁUSULA QUATORZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As dotações orçamentárias que custearão a compra estão indicadas na solicitação de compra, anexa.

01.001.04.122.0301.4002.3.3.90.39.00 13	06.002.20.606.0602.4029.3.3.90.39.00 483
08.001.12.122.0301.4094.3.3.90.39.00 558	08.002.12.361.0804.4044.3.3.90.39.00 588
10.001.04.122.0301.4098.3.3.90.39.00 707	10.002.18.541.1002.4057.3.3.90.39.00 731
09.003.04.123.0301.4053.3.3.90.39.00 691	11.001.04.122.0301.4100.3.3.90.39.00 755
11.002.04.122.1101.4058.3.3.90.39.00 768	12.003.10.301.1202.8035.3.3.90.39.00 889
12.003.10.302.1203.8037.3.3.90.39.00 937	12.003.10.302.1203.8042.3.3.90.39.00 969
12.004.10.304.1205.8046.3.3.90.39.00 1034	12.004.10.305.1205.8047.3.3.90.39.00 1045
13.002.26.122.1301.4063.3.3.90.39.00 1074	13.003.15.452.1302.4064.3.3.90.39.00 1088
11.003.16.482.1104.4066.3.3.90.39.00 794	12.001.10.122.1201.8101.3.3.90.39.00 825
12.003.10.301.1202.8036.3.3.90.39.00 901	07.001.04.122.0301.4092.3.3.90.39.00 501
03.001.04.122.0301.4019.3.3.90.39.00 122	04.002.08.243.0407.8013.3.3.90.39.00 246
06.001.04.122.0301.4090.3.3.90.39.00 436	01.001.06.181.0302.4005.3.3.90.39.00 47
04.002.08.244.0402.8005.3.3.90.39.00 270	04.002.08.244.0403.8011.3.3.90.39.00 284
04.002.08.244.0408.8007.3.3.90.39.00 307	04.001.08.122.0401.8002.3.3.90.39.00 197
04.002.08.243.0409.8016.3.3.90.39.00 256	

CLÁUSULA QUINZE – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

CLÁUSULA DEZESSEIS – ALTERAÇÕES

16.1.Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2.O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3.As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4.Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DEZESSETE – PUBLICAÇÃO

17.1.Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DEZOITO – FORO

18.1.Fica eleito o Foro da Comarca de Lagoa da Prata/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Lagoa da Prata, 02 de janeiro de 2054.

**MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA
Secretaria Municipal de Transporte e Limpeza Pública
CONTRATANTE**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1:

2:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

ANEXO VIII

DADOS PARA ELABORAÇÃO DE CONTRATO

EMPRESA:		
Endereço:		
Cidade:	Telefone:	
CNPJ:	Inscrição	
Contabilidade:		
Contato:	Tel:	e:mail:
NOME:		
CPF Nº.		
RG Nº.	Data de nascimento	
EMAIL:		

Rua/Avenida:		
Nº Complemento:	Bairro:	
CEP:	Cidade:	UF:
TELEFONES:		
Comercial: (____)		
Celular: (____)		
E-mail:		

DADOS BANCÁRIOS:

Banco:	Agência:	Conta Corrente:

Assinatura do Proponente

OBS: Em caso de representação por procurador, juntar o instrumento de mandato específico para assinatura do contrato.

Data: _____

(Carimbo e assinatura do responsável pelas informações)

Observação: Solicitamos a gentileza de preencher este formulário, e entregá-lo com o envelope da documentação. Caso essa empresa seja vencedora, estes dados facilitarão a elaboração e assinatura do contrato referente a este procedimento licitatório.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

ANEXO IX

**FICHA CADASTRAL – MEI
(Anexo Separado)**



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA ESTADO MINAS GERAIS

CONTRATO Nº. 71/2025 PRC 342/2024 - PREGÃO Eletrônico 117/2024

CONTRATANTE: O Município de Lagoa da Prata, com sede na Rua Joaquim Gomes Pereira nº. 825, Centro, em Lagoa da Prata - MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.318.618/0001-60 representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Di Gianne de Oliveira Nunes, e neste ato pelo Secretário Municipal de Transporte e Limpeza Pública, o senhor Luiz da Silva Junior, por delegação, doravante denominado **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 61.198.164/0001-60, com sede na Av. Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Bairro Campos Elíseos, na cidade de São Paulo/SP, CEP 01.205-001, neste ato representado pelo seus diretores, Sr. José Rivaldo Leite da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas e Sr. Jaime Soares Batista, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, doravante denominada **CONTRATADA**.

Têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº. 14.133/21, decorrente do **Processo Licitatório nº. 342/2024, modalidade Pregão Eletrônico nº. 117/2024** e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO TOTAL E CONTRA TERCEIROS, COM ASSISTENCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS E COBERTURAS ACESSÓRIAS, PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, E CONFORME RELAÇÃO DOS ITENS QUE É PARTE INTEGRANTE DESTE INSTRUMENTO.**

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1.** O Termo de Referência;
- 1.1.2.** A Autorização de Contratação Direta;
- 1.1.3.** A Proposta do contratado;
- 1.1.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é até **09/02/2026, contados a partir do dia 10/02/2025**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a)** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b)** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c)** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d)** Haja manifestação expressa do contratado informado o interesse na prorrogação;
- e)** Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Considerando a baixa complexidade e baixo valor, não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA ESTADO MINAS GERAIS

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

5.4. Quanto ao valor, será retido o Imposto de Renda, conforme Decreto Municipal nº. 139/2023, de 07 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao processo em epígrafe.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

7.1.1. Após os primeiros 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, em conformidade com a legislação vigente, com a aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

7.2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, II, "d", da Lei Federal nº 14.133/21, buscarão uma solução para a questão.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES

8.1. DO CONTRATANTE

8.1.1. Efetuar o pagamento do serviço prestado;

8.1.2. Fiscalizar se o serviço prestado está em conformidade com o solicitado no edital;

8.1.3. Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para reparar o serviço prestado, caso seja considerado de má qualidade;

8.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratual prestado em desacordo com o previsto neste contrato, justificando as razões da recusa.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES

9.1. DO CONTRATANTE

9.1.1. Prestar o serviço de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos;

9.1.2. Garantir a boa qualidade do serviço prestado, efetuando o reparo caso seja considerado de má qualidade pela Administração;

9.1.3. Substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem defeitos ou incorreções;

9.1.4. Arcar com as responsabilidades fiscais, trabalhistas, tributárias e demais encargos que vierem a incidir sobre objeto deste contrato;

9.1.5. Responder por qualquer dano ou prejuízo causado ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão culposa ou dolosa de seus prepostos, subcontratados e/ou decorrência da entrega do objeto, após apuração de responsabilidades;

9.1.6. Manter, durante a vigência do contrato, de acordo com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DEZ- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA ESTADO MINAS GERAIS

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA ONZE – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DOZE – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

1. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10 % a 20% do valor do Contrato.

c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 20% do valor do Contrato.

12.3. O valor total das multas moratórias e compensatórias, somadas, ou quando a moratória for convertida em compensatória, não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

12.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA ESTADO MINAS GERAIS

12.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.12. Os débitos do contratado para com a contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o órgão ora contratante

CLÁUSULA TREZE – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. O contrato poderá ser extinto:

13.4.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

CLÁUSULA QUATORZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As dotações orçamentárias que custearão a compra estão indicadas na solicitação de compra, anexa.

01.001.04.122.0301.4002.3.3.90.39	06.002.20.606.0602.4029.3.3.90.39
08.001.12.122.0301.4094.3.3.90.39	08.002.12.361.0804.4044.3.3.90.39
10.001.04.122.0301.4098.3.3.90.39	10.002.18.541.1002.4057.3.3.90.39
09.003.04.123.0301.4053.3.3.90.39	11.001.04.122.0301.4100.3.3.90.39
11.002.04.122.1101.4058.3.3.90.39	12.003.10.301.1202.8035.3.3.90.39
12.003.10.302.1203.8037.3.3.90.39	12.003.10.302.1203.8042.3.3.90.39
12.004.10.304.1205.8046.3.3.90.39	12.004.10.305.1205.8047.3.3.90.39
13.002.26.122.1301.4063.3.3.90.39	13.003.15.452.1302.4064.3.3.90.39
11.003.16.482.1104.4066.3.3.90.39	12.001.10.122.1201.8101.3.3.90.39
12.003.10.301.1202.8036.3.3.90.39	07.001.04.122.0301.4092.3.3.90.39
03.001.04.122.0301.4019.3.3.90.39	04.002.08.243.0407.8013.3.3.90.39
06.001.04.122.0301.4090.3.3.90.39	01.001.06.181.0302.4005.3.3.90.39
04.002.08.244.0402.8005.3.3.90.39	04.002.08.244.0403.8011.3.3.90.39
04.002.08.244.0408.8007.3.3.90.39	04.001.08.122.0401.8002.3.3.90.39
04.002.08.243.0409.8016.3.3.90.39	

CLÁUSULA QUINZE – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DEZESSEIS – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DEZESSETE – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DEZOITO – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Lagoa da Prata/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Lagoa da Prata, 03 de fevereiro de 2025.

MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA
Luiz da Silva Junior
Secretaria Municipal de Transporte e Limpeza Pública
CONTRATANTE

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1:
2:



ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE LAGOA DA PRATA

Rua Joaquim Gomes Pereira., 825 - Centro - Lagoa da Prata - MG
CEP: 35590-000 CNPJ: 18.318.618/0001-60 Telefone: (37) 3261-5641
E-mail: almoxarifado@lagoadaprata.mg.gov.br Site: www.lagoadaprata.mg.gov.br

Participantes da Licitação

Processo/Ano: 342/2024
Licitação: 117/2024 - PE
Modalidade: Pregão eletrônico
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO TOTAL E CONTRA TERCEIROS, COM ASSISTENCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS E COBERTURAS ACESSÓRIAS, PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Fornecedor	Marca	Quantidade	Un.	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item: 1 - SEGURO CONTRA TERCEIROS JCB								
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV		4.454,0000	4.454,00		
Item: 2 - SEGURO C. TERCEIROS 120K								
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV		7.710,0000	7.710,00		
Item: 3 - SEGURO C. TERCEIROS LS PLUS 80								
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV		7.359,0000	7.359,00		
Item: 4 - SEGURO C. TERCEIROS RK406/2013								
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV		4.555,0000	4.555,00		
Item: 5 - SEGURO C. TERCEIROS TL75E								
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV		6.345,0000	6.345,00		
Item: 6 - SEGURO C. TERCEIROS TL75E/2010								
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV		7.534,0000	7.534,00		
Item: 7 - SEGURO C. TERCEIROS XGMA35H								



Participantes da Licitação

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	8.586,0000	8.586,00
<u>Item: 8 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. GOZ-8866</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	6.776,0000	6.776,00
<u>Item: 9 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. HIF-8969</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.014,0000	2.014,00
<u>Item: 10 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. HLF-1168</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.771,0000	2.771,00
<u>Item: 11 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. HLF-3184</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.638,0000	2.638,00
<u>Item: 12 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. HLF-5584</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	8.467,0000	8.467,00
<u>Item: 13 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. HLF-5903</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	UN	2.328,0000	2.328,00
<u>Item: 14 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. HLF-6368</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	9.312,0000	9.312,00
<u>Item: 15 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. HLF-7241</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.659,0000	2.659,00
<u>Item: 16 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. HLF-7534</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	5.647,0000	5.647,00
<u>Item: 17 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. HLF-8834</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.622,0000	2.622,00
<u>Item: 18 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. HLR-7181</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	1.661,0000	1.661,00
<u>Item: 19 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. HMG-6900</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	6.639,0000	6.639,00

Participantes da Licitação

Item: 20 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. HMH-1849

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.582,0000	2.582,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 21 - SEGURO TOTAL AUTOMOTIVO RUT8H54

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	11.315,0000	11.315,00
------------------------------------	---------	-------	----	-------------	-----------

Item: 22 - SEGURO TOTAL AUTOMOTIVO RUX 3H43

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	12.035,0000	12.035,00
------------------------------------	---------	-------	----	-------------	-----------

Item: 23 - SEGURO TOTAL AUTOMOTIVO RUX3H49

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	11.256,0000	11.256,00
------------------------------------	---------	-------	----	-------------	-----------

Item: 24 - SEGURO TOTAL AUTOMOTIVO RVP5C30

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	8.725,0000	8.725,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 25 - SEGURO TOTAL AUTOMOTIVO RVP5C35

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	8.667,0000	8.667,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 26 - SEGURO TOTAL AUTOMOTIVO RVP-6A71

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	4.048,0000	4.048,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 27 - SEGURO TOTAL AUTOMOTIVO SBW 4E32

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	4.043,0000	4.043,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 28 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. NXX-1670

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	12.703,0000	12.703,00
------------------------------------	---------	-------	----	-------------	-----------

Item: 29 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. OOW-9610

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.683,0000	2.683,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 30 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. OOO-5246

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.139,0000	2.139,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 31 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. OPH-5078

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	8.543,0000	8.543,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 32 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. OPI-2037

Participantes da Licitação

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	8.974,0000	8.974,00
<u>Item: 33 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. OPI-2041</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	9.106,0000	9.106,00
<u>Item: 34 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. OPQ-8610</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	3.850,0000	3.850,00
<u>Item: 35 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. OPQ-9851</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.667,0000	2.667,00
<u>Item: 36 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. OQC-9085</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	1.422,0000	1.422,00
<u>Item: 37 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. OQK-8267</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.849,0000	2.849,00
<u>Item: 38 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. OQU-3977</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.824,0000	2.824,00
<u>Item: 39 - SEGURO TOTAL AUTOMOTOR RUX3H50</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	11.804,0000	11.804,00
<u>Item: 40 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. OXF-7232</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	9.722,0000	9.722,00
<u>Item: 41 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. PLAC A SHE4C91</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	3.374,0000	3.374,00
<u>Item: 42 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. PUE-1883</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	8.260,0000	8.260,00
<u>Item: 43 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. PUK-0981</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	3.059,0000	3.059,00
<u>Item: 44 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. PUO-9344</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	9.004,0000	9.004,00

Participantes da Licitação

Item: 45 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. PUQ-7784

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.892,0000	2.892,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 46 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. PUR-5044

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	6.032,0000	6.032,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 47 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. PUR-5054

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	7.007,0000	7.007,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 48 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. PUR-5083

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.793,0000	2.793,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 49 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. PUU-8432

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	4.384,0000	4.384,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 50 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. PVA-4422

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	6.102,0000	6.102,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 51 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. PVK-8170

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	4.004,0000	4.004,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 52 - SEGURO TOTAL AUTOMOT PVW-2055

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	9.004,0000	9.004,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 53 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. PVW-8556

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.404,0000	2.404,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 54 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. PWA-2913

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.111,0000	2.111,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 55 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. PWI-3509

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	4.290,0000	4.290,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 56 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. PYX-4941

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	4.067,0000	4.067,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 57 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QMU-2390

Participantes da Licitação

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	8.843,0000	8.843,00
<u>Item: 58 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QNY-5627</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	6.877,0000	6.877,00
<u>Item: 59 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QNY-5629</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	7.271,0000	7.271,00
<u>Item: 60 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QNZ-4383</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	5.159,0000	5.159,00
<u>Item: 61 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QNZ-4385</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	5.169,0000	5.169,00
<u>Item: 62 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QOS-4224</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	4.527,0000	4.527,00
<u>Item: 63 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QPB-2097</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	11.740,0000	11.740,00
<u>Item: 64 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QPF-7539</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.697,0000	2.697,00
<u>Item: 65 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QPF-7543</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.914,0000	2.914,00
<u>Item: 66 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QPF-7551</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.697,0000	2.697,00
<u>Item: 67 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QPF-7557</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.697,0000	2.697,00
<u>Item: 68 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QPF-7565</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.697,0000	2.697,00
<u>Item: 69 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QPM-0533</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	4.650,0000	4.650,00

Participantes da Licitação

Item: 70 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QPW-7133

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	6.762,0000	6.762,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 71 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QPW-7136

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	6.762,0000	6.762,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 72 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QPX-1214

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.949,0000	2.949,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 73 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QQA-7347

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	9.082,0000	9.082,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 74 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QQF-8102

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	3.893,0000	3.893,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 75 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QUM-5870

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	3.352,0000	3.352,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 76 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QUU-0942

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	7.020,0000	7.020,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 77 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QUU-0950

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	7.240,0000	7.240,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 78 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QUY-2754

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	3.276,0000	3.276,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 79 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QWY - 9481

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	6.409,0000	6.409,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 80 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QXU5J27

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	4.117,0000	4.117,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 81 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QXX5D55

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	8.284,0000	8.284,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 82 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. QXY6I93

Participantes da Licitação

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.535,0000	2.535,00
<u>Item: 83 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. RETROESCAVADEIRA JCB 3CX 4X4 RENAVAL 514012</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	12.791,0000	12.791,00
<u>Item: 84 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. RFB4E40</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	10.515,0000	10.515,00
<u>Item: 85 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. RFB-9I19</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	8.673,0000	8.673,00
<u>Item: 86 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. RHW5G13</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	3.368,0000	3.368,00
<u>Item: 87 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. RMH-7C55</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	10.412,0000	10.412,00
<u>Item: 88 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. RNI-6D87</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	10.641,0000	10.641,00
<u>Item: 89 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. RNP-6H63</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	6.122,0000	6.122,00
<u>Item: 90 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. RNR-6F79</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	8.855,0000	8.855,00
<u>Item: 91 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. RNX 2J84</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	4.451,0000	4.451,00
<u>Item: 92 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. RTJ-1G50</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	7.612,0000	7.612,00
<u>Item: 93 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. RTJ-3C80</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	7.612,0000	7.612,00
<u>Item: 94 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. RTM-7J85</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.852,0000	2.852,00

Participantes da Licitação

Item: 95 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. RTQ-7B27

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	3.121,0000	3.121,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 96 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. RTX-1H75

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	6.620,0000	6.620,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 97 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. RUV9J01

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	8.586,0000	8.586,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 98 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. RVV3G85

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.942,0000	2.942,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 99 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. RVY7A57

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	5.758,0000	5.758,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 100 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. SHE4C93

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.755,0000	2.755,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 101 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. SID6J16

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	3.988,0000	3.988,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 102 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. SIO8C52

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.993,0000	2.993,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 103 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. SIO8C56

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	3.114,0000	3.114,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 104 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. SIR4F75

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	4.240,0000	4.240,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 105 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. SIV-1I19

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	3.150,0000	3.150,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 106 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. SIV-1I21

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	6.587,0000	6.587,00
------------------------------------	---------	-------	----	------------	----------

Item: 107 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. SIY-8D56

Participantes da Licitação

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	4.380,0000	4.380,00
<u>Item: 108 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYA-1B93</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	2.980,0000	2.980,00
<u>Item: 109 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYA-1B96</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	3.089,0000	3.089,00
<u>Item: 110 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYA-1B98</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	3.089,0000	3.089,00
<u>Item: 111 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYA-1C01</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	3.089,0000	3.089,00
<u>Item: 112 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYA-1C02</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	3.089,0000	3.089,00
<u>Item: 113 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYA-7E95</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	7.838,0000	7.838,00
<u>Item: 114 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYQ-3H17</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	4.684,0000	4.684,00
<u>Item: 115 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYS-3J71</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	4.872,0000	4.872,00
<u>Item: 116 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYI-8G78</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	8.673,0000	8.673,00
<u>Item: 117 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYI-8G80</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	8.673,0000	8.673,00
<u>Item: 118 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYI-8G82</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	8.673,0000	8.673,00
<u>Item: 119 - SEGURO TOTAL AUTOMOT. SYI-8G86</u>					
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	PRÓPRIA	1,000	SV	8.673,0000	8.673,00



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CB51-D305-AB74-FE94

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUIZ DA SILVA JÚNIOR (CPF 770.XXX.XXX-53) em 03/02/2025 18:57:36 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



FERNANDA DIEGUES CAVALHEIRO (CPF 325.XXX.XXX-00) em 04/02/2025 10:21:50 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)



PAULO ROBERTO DE CARVALHO (CPF 342.XXX.XXX-95) em 05/02/2025 09:13:58 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/CB51-D305-AB74-FE94>